RECURSO OFÍCIO: N. 0559/20

AUTO DE INFRAÇÃO: N.20182700100378

SUJEITO PASSIVO RECORRENTE: F***** P***** IMP . **E**
EXP EIRELI - ME.

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RELATOR: LEONARDO MARTINS GORAYEB

RELATÓRIO: N. 244/21/1ª CÂMARA/TATE

VOTO

1- DOS FATOS

Fora lavrado auto de infração nº 20182700100378 fls. 02 contra o contribuinte epigrafado, no dia 24/08/2018, às 11:05 horas, por deixar de efetuar a escrituração, no Livro Registro de Entradas Escrituração Fiscal Digital (SPED/EFD) de documentos fiscais relativos à entrada de mercadorias no período de 2013. Em anexo, planilha contendo relação das NF-e e cálculo do crédito tributário, arquivos eletrônicos de registros fiscais (SPED/EFD) e Danfes em formatos PDF .

Os Artigos utilizados como base legal da autuação :
art. 30 Inciso 11 e 406-A S3¹, 1, do RICMS/RO c/c Art. 75, anulado as por meio das Nf de retorno n ° 29440 , 29460 , 29623 , 29624 e 29458 emitidas poucos dias depois , cuja

¹ s 3 da Lei 688/96 e a multa do Artigo 77; inciso X, alínea "a" da Lei 688/96. O valor do crédito segundo o agente autuante, é de R\$ 21.837,84.

A defesa do presente Processo Administrativo Tributário (PAT), suscita as seguintes teses: Que as operações citadas no Auto de Infração, com as notas fiscais de n ° 28793, 28794, 28830, 28903 e 28956, todas emitidas pela empresa Reaflex Produtos de Borracha LTDA, não chegaram a ser concretizadas, tendo o próprio fornecedor

cópia segue em anexo. Por fim requer a improcedência do auto de infração e conseqüentemente o arquivamento por ser esta medida, da mais justa e cristalina justiça.

A Unidade de Julgamento de 1ª Instância, decide com base nos seguintes fundamentos: Que no caso em tela, devem ser excluídas aqueles documentos citados pelo contribuinte cujas comprovações foram efetivas, portanto, deverá sendo deduzida do crédito os valores referentes das NFes.

comprovadas, que exigiu-se a cobrança do ICMS/ST em seus consectários legais, a penalidade aqui deverá sofrer alterações, por motivo, procedemos sua recapitulação, ou seja, para 2 (duas) UPF/RO por documento fiscal, ou seja 7 NFes x 2 UPF 14 UPF x R\$ 50,29 =R\$ 704,06, tendo a redução de em razão do Artigo 76, Inciso I e S5º da Lei 688/96, o crédito tributário parcial procedente é de R\$ 352,03.

O Sujeito passivo e o fisco não se manifestam após intimação da decisão proferida em instância inferior.

11 Do Mérito do Voto

Tem-se que o sujeito passivo, deixou de efetuar a escrituração, no Livro Registro de Entradas Escrituração Fiscal Digital (SPED/EFD) de documentos fiscais relativos à entrada de mercadorias no período de 2013. Em anexo, planilha contendo relação das NF-e e cálculo do crédito tributário, arquivos eletrônicos de registros fiscais (SPED/EFD) e Danfes em formatos PDF.

Compulsando os autos, observa-se que o sujeito passivo em sua impugnação inicial, logrou êxito na comprovação que fora realizado a emissão de NF-e de retorno nº 29440, 29460, 29623, 29624 e 29458 emitidas alguns dias após o fato, mantendo-se apenas 7 notas fiscais, o julgador monocrático, atendeu a tese apresentada na impugnação inicial, observando que a aplicação da multa não coaduna com a operação por não ter a incidência do imposto na operação, realizou a recapitulação da legislação, por força do Artigo 108 da Lei 688/96.

Entendo que a Decisão proferida está correta, uma vez acatado os argumentos apresentados pelo sujeito passivo, em decorrência das provas apresentadas no auto de infração, esse julgador concorda com a Decisão Proferida em Instância Inferior.

A penalidade aplicava ao sujeito passivo, sofreu alteração, onde foi aplicada do Artigo 77, multa de 2 UPF/RO, por documento fiscal, totalizando o número de 7 NFes, portanto, sendo 14 UPF x R\$50, 19 (Valor da UPF na época do fato gerador em 2013). Observa-se que o sujeito passivo era optante do Simples Nacional, tem a redução de 50%, do Artigo 76, Inciso I e S5^o da Lei nº 688/96.

Multa, de 14 UPF (referente a 7 Nfes x 2 UPF) x R\$ 50,29 = R\$ 704, 06, por ser do Simples Nacional, Total do Crédito Tributário R\$ 352, 03.

Neste sentido, este julgador concorda com os apresentados pelo julgador monocrático, portanto, deverá ser mantida a decisão proferida em instância inferior de Improcedente o auto de infração ora analisado.

111- DO VOTO- CONCLUSÃO

Este Relator, conhece do presente Recurso de Ofício para negar-lhe provimento, no sentido que seja mantida a decisão de Primeira Instância que decidiu pela Parcial Procedência do auto de infração, assim julgo .

Porto Velho-RO, 16 de Maio de 2022 .

LEONARDO MARTINS GORAYEB

CONSELHEIRO DA 1^a CAMARA DE JULGAMENTO DE 2^a INSTÂNCIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : Nº. 20182700100378
RECURSO .. DE OFÍCIO Nº 559/21
RECORRENTE : F***** P***** IMP. E EXP. EIRELI - ME.
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR • JULGADOR - LEONARDO MARTINS GORAYEB
RELATÓRIO : Nº 244/21/PCÂMARA/TATE/SEFIN
ACÓRDÃO Nº 148/22/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : MULTA - DEIXAR DE EFETUAR A ESCRITURAÇÃO EM SEU LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS DE DOCUMENTOS FISCAIS RELATIVO AO PERÍODO DE 2013 SIMPLES NACIONAL - OCORRÊNCIA — () Sujeito Passivo deixou de efetuar a escrituração no seu Livro Registro de entradas, relativos as mercadorias no período de 2013. Demonstrado nos autos que o sujeito passivo deixou de escriturar 7 Notas Fiscais Eletrônicas de entrada, em Seu Livro Fiscal, todavia, as mercadorias eram de substituição tributária, portanto, altera-se a penalidade aplicada para a do Artigo 77, Inciso X, letra "d" da Lei 688/96, multa de 02 UPFs por documento fiscal, conforme determina o Artigo 108 da Lei 688/96. Reduzida a multa em 50% nos termos do art. 76, I, S5º da Lei 688/96. Mantida a decisão de instância singular de parcial procedente do auto de infração. Recurso de Ofício Desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, AC()RDAM os membros do EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE, à unanimidade em conhecer do recurso de Ofício interposto para no final negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão de Primeira Instância que julgou PARCIAL PROCEDENTE o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator, constantes dos autos. que fazem parte integrante da presente decisão. Participaram do Julgamento os Julgadores: Reinaldo do Nascimento Silva, Leonardo Martins Gorayeb, Amarildo Ibiapina Alvarenga e Dyego Alves de Melo.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO ORIGIN XL
RS 21.837,84.

*CRÉDITO TRIBUT (RIO PROCEDENTE.
352,03.

*CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE DEVE SER ATUALIZADO NA DATA DO SEU EFETIVO PAGAMENTO.

TATE, Sala de Sessões, 16 de maio de 2022.